



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 7ª
(SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
18 DE FEVEREIRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 38 - Suplemento, de 03/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 7ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O expediente que está sobre a mesa, que o Sr. Secretário acabou de ler, diz respeito ao pedido de *impeachment* que foi protocolado aqui nesta Casa, a que nós estamos dando prosseguimento, já fazendo a juntada ao processo do parecer da Procuradoria.

Esta sessão foi convocada anteriormente para, no dia de hoje, elegermos a Comissão Especial, indicarmos os seus membros.

Pergunto se há acordo entre os Deputados de elegermos também presidente e relator.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso encaminhamento seria criarmos a Comissão Especial, até em virtude de blocos ainda não poderem indicar membros. Eu tenho a impressão de que isso não nos permite eleger relator e presidente da Comissão Especial. Parece-me, Deputado Paulo Tadeu, que temos três membros efetivos – eu estou incluso entre eles – e essa comissão estaria criada. Teríamos, dentro de uma linha de análise de blocos partidários, mais dois nomes ainda a serem indicados, razão pela qual vejo uma dificuldade. A comissão não pode se reunir em toda a sua plenitude para ver quem é presidente e quem é relator.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Batista das Cooperativas fez a sua fundamentação baseada no fato de que há um bloco que não indicou o seu representante, ou dois blocos.

Ocorre que viemos aqui hoje predispostos, ou anteriormente fomos contatados, para definirmos todas as situações pendentes. E esta é uma situação pendente fundamental. Os outros Deputados aqui não puderam estar, uns estão de licença, outros estiveram de manhã e não estiveram à tarde. Eu acho que a Casa não pode ficar a reboque de situações particulares que prejudicam todos nós. Temos que fazer.

V.Exa. consultou por telefone alguns membros. Não sei qual foi a resposta, mas, dependendo da resposta, V.Exa. designa os componentes até que se chegue à composição regimental. O que não se pode é todo dia, toda hora, um dia sim, o outro também, adiarmos o que estamos fazendo.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, criou-se uma expectativa de que a Câmara Legislativa, na tarde de hoje, no dia de hoje, além de admissibilidade do processo de *impeachment* do Governador Arruda, também iria indicar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que ainda não foram indicados.

Diante do fato de que também a Comissão Especial não está com os seus membros completos, do ponto de vista do que foi publicado no Regimento desta Casa, esperamos que hoje à tarde, nesta sessão, saíamos com tudo resolvido.

Não dá mais para protelar essa situação de crise no Distrito Federal. Não dá mais para enrolar a população de Brasília. Tem de estar clara a posição desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	3

A Comissão Especial tem que ser montada hoje, eleita hoje e começar o seu trabalho hoje. A CPI precisa recompor os seus membros para continuar os seus trabalhos.

E quero fazer uma questão de ordem a V.Exa., Sr. Presidente. Diante do fato de que já temos o parecer da Procuradoria desta Casa favorável ao pedido de admissibilidade com relação ao *impeachment* do Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, que possamos, como já fizemos em situações muito menos complexas, muito menos urgentes, nesta Casa, neste plenário, estabelecer, a partir de uma solicitação, a apreciação do pedido de admissibilidade do *impeachment* do Vice-Governador.

Não há sentido, como já fizemos hoje de manhã, em aprovarmos depois de vários dias, aliás, mais de dois meses, foram mais de dois meses para aprovarmos, na manhã de hoje, o processo de *impeachment* do Governador José Roberto Arruda. Espero que não fiquemos mais dois meses para aprovar o processo de *impeachment* do Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio.

Por isso, solicito a V.Exa., em uma questão de ordem, que ainda hoje este Plenário possa analisar, além daquilo que eu já disse anteriormente, a Comissão Especial, a CPI recomposta por V.Exa., já que os blocos partidários insistem em não indicar... V.Exa. tem o poder de indicar. Então, que V.Exa. indique hoje os dois membros que estão faltando para a CPI e os membros que estão faltando para a Comissão Especial, e, a partir daí, possamos – inclusive, depois dessas indicações, depois da definição com relação ao presidente e vice-presidente da Comissão Especial, porque é urgência e foi discutido na semana passada, foi acordado com todos os Líderes, todos os Líderes acordaram que hoje nós iríamos estabelecer essa Comissão Especial – verificar a possibilidade de, ainda hoje, neste plenário, aprovarmos o pedido de admissibilidade de *impeachment* do Vice-Governador Paulo Octávio.

É essa a questão de ordem que quero fazer a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero concordar com o Deputado Paulo Tadeu, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Na verdade, há três meses esta Casa tenta dar andamento e prosseguimento ao processo de *impeachment* do Governador Arruda. E, durante esse período, a Câmara Legislativa foi surpreendida, em função de sua omissão, com ações judiciais. Já que a Câmara Legislativa não fez, a Justiça o fez; como a Câmara Legislativa não afastou o Governador, a Justiça não só o afastou como o prendeu por ter tentado subornar e corromper testemunhas num processo federal que corre no STJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	4

É importante, inclusive, que não só se faça hoje a eleição da Comissão Especial, até porque já houve várias manobras para evitar a eleição da Comissão em que se dará o *forum* de julgamento do Governador José Roberto Arruda, mas nós temos também de quatro a cinco pedidos de *impeachment* do atual Vice-Governador, com o parecer da Procuradoria da Câmara Legislativa pelo prosseguimento do processo de *impeachment*, o que pode ser feito hoje, inclusive, aqui em plenário.

Então, além da Comissão Especial, com a eleição já determinada do relator e do presidente da Comissão... E aí o Diário da Câmara Legislativa, o Suplemento Especial que V.Exa. mandou publicar hoje diz que, na ausência da indicação dos blocos partidários – está esclarecido aqui, está publicado –, V.Exa. pode indicar os membros. E depois, qualquer partido ou bloco que se pronuncie a respeito... Mas hoje tem que ser eleita a Comissão Especial, com a indicação, inclusive, da data de eleição do presidente e do relator e do acatamento da admissibilidade do Governador em exercício.

Mas a Câmara Legislativa tem de ir mais além, Sr. Presidente. A Câmara Legislativa tem de ir mais além porque senão na próxima quarta-feira, como eu disse na reunião dos Parlamentares na Presidência desta Casa, vamos ser surpreendidos com mais uma posição da Justiça. E aí não adianta fazer discursos de que é contra a intervenção federal. Além do discurso tem de haver ações práticas. E, se a Câmara Legislativa não tomar ações práticas no dia de hoje, na quarta-feira vamos vir a esta Casa, a este plenário, para ficarmos mais uma vez discutindo quando a Justiça vai tomar a decisão que nós não tomamos. E aí pode haver intervenção federal! Intervenção federal, inclusive, em um decreto que pode acabar com as funções da Câmara Legislativa durante este ano, até a próxima posse dos Parlamentares eleitos.

Então, é importante que os Parlamentares tomem uma posição hoje – com a transparência e com a isenção que cada Parlamentar tem que ter –, já que têm compromisso com o Distrito Federal, com a sociedade de Brasília e com as investigações.

Eu também queria solicitar, em uma questão de ordem, que V.Exa. determinasse à Assessoria de Plenário a preparação de um requerimento, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, com autorização, para o processamento do Governador Arruda, assinado por todos os Parlamentares que estão aqui.

Já está preparado, Deputado Paulo Tadeu? Então, que todos possamos assiná-lo. Se os Parlamentares não quiserem, Deputado Paulo Tadeu, a bancada vai fazer, não é? Está feito? Porque uma coisa é o Processo nº 650 do STJ, outra coisa é a tentativa de suborno e de corrupção de testemunha do processo que levou o Governador Arruda à prisão.

Então, espero que os Parlamentares permaneçam em plenário para que haja eleição da Comissão Especial que vai dar prosseguimento ao processo de *impeachment* do Governador.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	5

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, foi apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores a seguinte questão: queremos no dia de hoje eleger a Comissão Especial; recompor a CPI; e ao mesmo tempo estarmos discutindo, deliberando acerca da admissibilidade do processo de *impeachment* com relação ao Governador em exercício, o qual não se decide, inclusive, se fica ou se não fica. Mas o Distrito Federal tem clareza de que a crise que está instituída nesta cidade, provocada pela Operação, ou pelo que foi desvendado pela Operação Caixa de Pandora, não se encerra enquanto a governadoria estiver sendo ocupada por alguém que está diretamente envolvido, segundo o inquérito, no suposto esquema de corrupção.

Sr. Presidente, três processos de *impeachment* foram previamente acatados pela Procuradoria desta Casa. Não há como postergar a sua apreciação. Esta Câmara postergou a sua função, o exercício da sua função por quase três meses. Por quase três meses esta Câmara se submeteu e se vergou ao Governador do Distrito Federal para impedir que houvesse as investigações. Foi necessária a perspectiva de uma intervenção federal e a prisão do próprio Governador José Roberto Arruda para que os processos começassem a caminhar.

Sr. Presidente, a decisão de hoje da Comissão de Constituição e Justiça, unânime pela admissibilidade, não pode ser um “band aid” nas feridas da cidade desvendadas pelos que são responsáveis pela Caixa de Pandora; não pode ser uma comida pronta; não pode ser uma resposta transitória e superficial para alimentar a sede de justiça desta sociedade e impedir que os processos caminhem.

Portanto, para que possamos dar consequência à decisão da CCJ, é preciso que seja eleita a Comissão Especial hoje; é preciso que seja recomposta a CPI, porque a CPI significa o instrumento para podermos avaliar a dimensão dessa rede absolutamente subterrânea, participante do submundo que tomou conta do Distrito Federal. É o faremos por meio da CPI.

Sr. Presidente – o que eu escutei hoje, depois de tudo que nós estamos vivendo, depois desta crise de governabilidade que não se extinguirá com a assunção do Vice-Governador à condição de Governador –, não dá para esperarmos até trinta dias, quem sabe, para podermos aqui apreciar na CCJ o processo pela admissibilidade dos processos de *impeachment*.

Portanto, para pontuar: eleição da Comissão Especial, que deve ser feita imediatamente, ainda que não tenhamos todos os membros indicados; recomposição da CPI; e votação da admissibilidade do processo de *impeachment* já previamente avaliado pelo Procurador. Porque senão, Sr. Presidente, nós vamos acreditar que serão necessárias mais medidas de outros órgãos para que o Estado de Direito realmente vigore nesta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	6

Encerro, uma vez mais, lembrando que não queremos “band aids” nas feridas que foram postas, impostas a esta cidade por aqueles que sequestraram o Estado, transformaram-no em refém e o tiraram do povo do Distrito Federal.

São essas as propostas do Partido dos Trabalhadores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Muito bem, Deputada.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já fizemos a proposta de hoje reunirmos a CCJ em plenário para designarmos o relator. É regimental que esse relator tenha dez dias, postergados por mais dez dias. Há um documento longo para ser analisado. Então, foi feita a proposta ao Partido dos Trabalhadores para entrarmos em um consenso. O relator, seja lá quem for, pois ainda não está designado, relatará um documento que nós não conhecemos no todo. Por isso, eu conversei com alguns Parlamentares para entrarmos em consenso, em um acordo; talvez devêssemos suspender a sessão por uns cinco minutos para vermos isso.

Agora, quanto à Comissão Especial, já está mais do que claro que serão designados hoje o presidente e o vice-presidente. Já está pacificado. Ninguém está mais discutindo isso. Acho que a questão aqui agora é sabermos se irá ou não se reunir a CCJ aqui hoje. Mas é bom ficar claro para todo mundo que nós já propusemos que a Comissão se reúna hoje, que seja escolhido o relator e que se comece a contar o prazo desde hoje. Ninguém está protelando mais nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cristiano Araújo, que está no exercício da Presidência da CCJ, tenho a obrigação de mediar aqui as questões levantadas tanto pela bancada de Oposição quanto pela da Situação.

Hoje fomos chamados para dar a nossa contribuição na criação da Comissão Especial, bem como na recomposição da CPI. Contudo, no tocante à CCJ, o relatório foi feito hoje. Faço uma proposta a todos os Parlamentares no sentido de que “nem tanto ao céu nem tanto ao mar”. Que V.Exa. designe o relator e que este peça um prazo mínimo para que possamos apreciar a matéria, porque não dá para postergarmos por muito tempo essa resposta que os Parlamentares querem dar. Eu, como Presidente da Casa, não vou deixar isso acontecer. Então, quero pedir a V.Exa., em consonância com os membros da CCJ, que já seja fixado um prazo para que possamos fazer a apreciação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Não existe nenhum problema, Sr. Presidente, em estabelecermos o prazo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cristiano Araújo, estou fazendo um apelo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Acho que poderia ser feita a eleição da Comissão Especial e, então, V.Exa. suspenderia a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. acatou a solicitação do Deputado Cristiano Araújo, mas, regimentalmente, o Plenário é soberano e V.Exa. tem o poder de convocar e fazer a distribuição, inclusive a admissibilidade, no Plenário, que está acima da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Suspenderei a sessão na hora oportuna, com o compromisso de voltarmos aqui. Vamos eleger, primeiramente, a Comissão Especial.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara vive um dos momentos mais negros da sua história, desde que foi fundada em 1991. Esse escândalo estourou no final de novembro. Nós já estamos em fevereiro, e até agora a sociedade não viu nenhuma medida verdadeiramente prática por parte do seu Poder Legislativo. No dia de hoje, abrindo o processo de *impeachment* do Governador, a Câmara começa a dar uma resposta à sociedade do Distrito Federal. Entretanto, ao não abrir e não admitir o processo com relação ao Vice e também com relação aos Deputados, a sociedade começa a olhar com desconfiança para a Câmara, de novo. Então, sugiro a V.Exa. que, na tarde de hoje, se faça a instalação da Comissão Especial, que se abra o processo referente ao Vice e, logo após o dia 28, dia pré-estabelecido com o Corregedor para apresentar o seu relatório quanto aos Deputados, que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar vote imediatamente. É isso que a sociedade espera. O dia de hoje podia acabar com uma resposta da Câmara com relação ao Governador e ao Vice, mas, infelizmente, parece que não vai acabar assim.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, é muito mais um esclarecimento, porque o Deputado Reguffe falou acerca da necessidade de se dar uma resposta à questão do Governador, do Vice-Governador e dos Deputados. Quanto ao Governador e ao Vice-Governador, parece-me que a questão está na CCJ. Eu não entro neste tipo de discussão. Agora, eu gostaria de esclarecer – e acho que todos estão aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	8

suficientemente esclarecidos – que, ao receber a incumbência de ouvir os esclarecimentos dos nove Deputados que foram referenciados, eu fiz imediatamente a notificação em tempo hábil, inclusive antes da conclusão do prazo, recebi todos os esclarecimentos também em tempo hábil e tenho até o dia 26 de fevereiro para apresentar o relatório e os pareceres. Possivelmente não utilizarei – e venho dizendo isso há mais de um mês – este tempo todo. Então, eu gostaria apenas de esclarecer que, com relação aos Deputados, com relação à Casa, todas as providências estão rigorosamente nas datas acertadas, fato esse inclusive já realçado, numa oportunidade, pelo Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha questão de encaminhamento é que nós pudéssemos objetivar os trabalhos, que instalássemos imediatamente a Comissão Especial e que, em seguida, déssemos prosseguimento. Parece-me que há um encaminhamento para suspender a sessão a fim de que se discuta a questão da CCJ. Que pudéssemos objetivar os trabalhos, encerrar esta discussão e instalar a Comissão Especial independentemente de quantos membros tenha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o encaminhamento de V.Exa.

O art. 20 da Lei Federal nº 1.079, de 1950, diz o seguinte: “A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a Comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia”.

Em razão da admissibilidade dos processos nºs 65, 68, 71 e 72, todos de 2009, de origem do inquérito nº 650, de 2009, do Superior Tribunal de Justiça, admitidos em reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça realizada hoje, 18 de fevereiro de 2010, e ante as indicações partidárias, informa-se a seguinte composição da Comissão Especial para análise de mérito dos referidos processos: Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Chico Leite, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Paulo Roriz e Deputado Reguffe.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a composição da comissão; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	9

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	10

9.1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 18/02/2010

ELEIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

(Art.19 da Lei nº 1.079/50)

MEMBROS TITULARES
PAULO RORIZ
CHICO LEITE
BATISTA DAS COOPERATIVAS
CRISTIANO ARAÚJO
REGUFFE

NOME DO DEPUTADO(A)	PART.	SIM	NÃO	AUS.	LICENC
ALÍRIO NETO	PPS	-		X	
AYLTON GOMES	PR	-		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			
BENEDITO DOMINGOS	PP	-		X	
BENÍCIO TAVARES	PMDB	-		X	
BISPO RENATO	PR	X			
BRUNELLI	PSC	-		X	
CABO PATRÍCIO	PT	X			
CHICO LEITE	PT	X			
CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X			
DOUTOR CHARLES	PTB	X			
ELIANA PEDROSA	DEM	-		X	
ÉRIKA KOKAY	PT	X			
EURIDES BRITO	PMDB	-		X	
JAQUELINE RORIZ	PMN	X			
LEONARDO PRUDENTE	--	-		X	
MILTON BARBOSA	PSDB	X			
PAULO RORIZ	DEM	X			
PAULO TADEU	PT	X			
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X			
REGUFFE	PDT	X			
ROGÉRIO ULYSSES	--	-		X	
RÔNEY NEMER	PMDB	-		X	
WILSON LIMA	PR	X			
TOTAL		14		10	

SECRETÁRIO DEP.

MILTON BARBOSA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	11

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Está eleita a Comissão Especial, composta pelos seguintes membros: Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Chico Leite, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Reguffe e Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para esclarecer, quais são os Deputados que compõem a Comissão Especial?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Comissão Especial será composta pelo Deputado Batista das Cooperativas, Deputado Chico Leite, Deputado Paulo Roriz, Deputado Cristiano Araújo e Deputado Reguffe.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma pequena correção: eu não consignei o voto do Deputado Cabo Patrício, pois eu não o chamei. Deputado Cabo Patrício, V.Exa. vota sim ou não?

(Intervenção fora da microfone.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Portanto, Sr. Presidente, são 14 votos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Retificando a votação, a formação da Comissão Especial obteve 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos apresentando hoje – quando falo “estamos” é porque não é só de minha autoria, mas de vários Parlamentares e de todos os partidos que queiram assiná-lo – um projeto de decreto legislativo que autoriza o Superior Tribunal de Justiça a instaurar quaisquer processos ordinários ou cautelares que tenham como base o Inquérito nº 650, de 2009, STJ, e procedimentos correlatos contra todas as autoridades citadas no Art. 60, § 23, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que forem denunciadas pelo Ministério Público Federal. Com o referido projeto de decreto legislativo, Sr. Presidente, estaremos dando autorização ao STJ para proceder a todos os processos contra o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Uma das grandes críticas que esta Casa recebe – e com certa razão – é que, muitas vezes, o Parlamento local acaba sendo o anteparo para impedir que a Justiça faça todos os processos tramitarem normalmente no Superior Tribunal de Justiça porque, conforme a Lei Orgânica, há a necessidade, Sr. Presidente, de esta Casa dar autorização ao STJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	12

Então, esse projeto de decreto legislativo seria uma demonstração clara de que esta Casa já está dando autorização ao Superior Tribunal de Justiça para que este adote os procedimentos necessários com relação a todo esse escândalo que envergonha nossa cidade.

Por isso, peço a V.Exa. que o protocole. Ele está aberto para assinatura de todos os Parlamentares. Já temos aqui mais de sete assinaturas. Quem quiser assinar, que o assine; mas é preciso que se faça a leitura agora para o colocarmos em votação na próxima sessão ordinária dessa Casa, ou seja, na próxima terça-feira.

Portanto, este é o pedido que faço a V.Exa.: que, neste momento, se faça a leitura e a enumeração do referido projeto para que os Parlamentares interessados possam assiná-lo e que, na próxima terça-feira, possamos colocá-lo em votação aqui no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário e que será protocolado pelo Deputado Paulo Tadeu.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 38 - Suplemento, de 03/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 7ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Com a leitura, o projeto passa a receber o número 499, de 2010; portanto, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 499/2010.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer a V.Exa. o acolhimento do pedido do Deputado Milton Barbosa. Nós acabamos de eleger a Comissão Especial, que terá de eleger um presidente e um relator para o processo. Se não me engano, ela tem 48 horas para fazer essa eleição.

O que quero propor, sem prejuízo do efetivo respeito ao Regimento, é que, se possível, ainda hoje, nós elejamos o presidente e o vice-presidente e designemos o relator do processo do Governador.

Como V.Exa. suspenderá a sessão, proponho que V.Exa. convoque a eleição do presidente, do vice-presidente e que possamos ainda hoje indicar o relator.

É a própria Comissão que elege, V.Exa. só tem que convocar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	13

Convoco a Comissão Especial para que tome assento à Mesa e faça a eleição do presidente, do vice-presidente e do relator.

Eu fiquei de indicar no dia de hoje os membros da CPI. Farei isso de ofício. Deputado Batista das Cooperativas é o Presidente; Deputado Raimundo Ribeiro é o Relator; Deputado Paulo Tadeu é membro. Indico o nome da Deputada Eliana Pedrosa, com o aval do Deputado Paulo Roriz – S.Exa. fez a opção por uma comissão e a Deputada Eliana Pedrosa participará da outra –, e indico o Deputado Reguffe para fazer parte da CPI.

Assim, ficam indicados os cinco membros da CPI.

O que prometemos estamos cumprindo aqui hoje.

A Presidência vai suspender os trabalhos para a discussão da questão da CCJ.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h26min, a sessão é reaberta às 19h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Sob proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 38 - Suplemento, de 03/03/2010, juntamente com a ata sucinta da 7ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito aos Deputados que se encontram nas dependências da Casa, em seus gabinetes, Deputado Aylton Gomes, Deputado Reguffe, que se dirijam ao plenário para apreciação da proposta da CCJ.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	14



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 18/02/2010

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
ALÍRIO NETO - PPS		X	X
AYLTON GOMES - PR		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP		X	
BENÍCIO TAVARES - PMDB		X	X
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - PSC		X	X
CABO PATRÍCIO - PT	X		
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X		
DOUTOR CHARLES - PTB	X		
ELIANA PEDROSA - DEM		X	X
ÉRIKA KOKAY - PT	X		
EURIDES BRITO - PMDB		X	
JAQUELINE RORIZ - PMN	X		
LEONARDO PRUDENTE		X	
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM	X		
PAULO TADEU - PT	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB	X		
REGUFFE - PDT		X	
ROGÉRIO ULYSSES		X	
RÔNEY NEMER - PMDB		X	
WILSON LIMA - PR	X		
TOTAL	13	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental para deliberação de matéria nesta Casa.

O Deputado Paulo Roriz, o Deputado Batista das Cooperativas e o Deputado Cristiano Araújo haviam feito questão de ordem em não fazer o relatório da CCJ. Vossas Excelências estão de acordo? Há acordo? Deputado Paulo Tadeu, há acordo?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer, ficou acertado que escolheremos hoje o relator e também faremos a leitura e votação do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Quem V.Exa. indicou para relator?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – O Deputado Batista das Cooperativas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, solicito ao Deputado Batista das Cooperativas que faça a leitura do relatório da CCJ sobre o pedido de *impeachment* do Sr. Vice-Governador, Paulo Octávio.

Com a palavra o Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós já solicitamos os processos. Solicito a V.Exa. quinze minutos para fazermos a redação e trazermos para este plenário o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que fique muito claro para as pessoas que nos acompanham, bem como para a própria imprensa, o acordo de todos os Líderes desta Casa para apreciação da admissibilidade do processo de *impeachment* do Governador em exercício, Paulo Octávio, que faremos agora nesta sessão. Ficou também acertado que uma comissão de Parlamentares fará uma reunião com o Vice-Governador, Paulo Octávio. Esta comissão, a princípio, será formada pelo Deputado Paulo Roriz e pelo Corregedor *ad hoc* desta Casa, Deputado Raimundo Ribeiro. Também fui convidado para participar dessa reunião e informar ao Vice-Governador, Paulo Octávio, a decisão de que iremos, em seguida, aqui dentro, aprovar o pedido de admissibilidade com relação ao *impeachment* dele.

Eu acho que é de bom alvitre que V.Exa., como Presidente, possa participar dessa reunião com o Vice-Governador, caso S.Exa. queira nos receber depois da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	16

apreciação que faremos daqui a pouco. Mas estou à disposição e irei nessa missão em nome do Poder Legislativo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. pediu quinze minutos. Alguém mais gostaria de fazer questão de ordem, alguma colocação, discussão? Posso suspender a sessão novamente?

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas acho que nesta comissão que irá conversar com o Governador em exercício, Paulo Octávio, seria importante que o relator do processo na CCJ, que inclusive proferiu o seu voto e que vai proferir logo em seguida acerca da admissibilidade, também pudesse estar presente, se não houver nenhum óbice, obviamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Batista das Cooperativas, a Deputada Erika Kokay fez uma questão de ordem e solicitou que V.Exa. também acompanhe a comissão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Aceito e agradeço a consideração da Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, Deputada, está aceito o pedido de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Uma vez admitido o processo... Já foi admitido o processo do Governador Arruda. Então, em 48h, acho que seria de bom alvitre que a Comissão Especial já pudesse imediatamente se posicionar para que nós tivéssemos celeridade no desdobramento e na tramitação do processo de *impeachment* e que já pudéssemos sair daqui com a data da próxima reunião da Comissão Especial.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Senhoras e senhores Deputados, acatando a solicitação do Deputado Batista das Cooperativas, aguardaremos o posicionamento de S.Exa. por quinze minutos. Solicito às senhoras e aos senhores Deputados que permaneçam em plenário.

Suspenderei a sessão por dez minutos.

Está suspensa a presente sessão.

(Suspensa às 19h24min, a sessão é reaberta às 19h58min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que proceda à leitura do parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o pedido de *impeachment* do Governador em exercício, Paulo Octávio, feito a esta Casa .

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	17

14.1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – CCJ

PARECER N.º _____, DE 2010

Da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ sobre os Processos de Impeachment do Governador em Exercício do Distrito Federal de autoria de Rejane Guimarães Pitanga, Marcos de Alencar Dantas e Moisés José Marques, Francisco Queiroz Caputo Neto e Roberto Policarpo Fagundes.

Autores: Diversos

Relator: Dep. Batista das Cooperativas

I – RELATÓRIO

Vêm a esta Comissão de Constituição e Justiça – CCJ os processos em referência, todos versando sobre pedidos de *impeachment* do Governador em Exercício do Distrito Federal, Paulo Octávio distribuídos a este Relator pelo ilustre Presidente da CCJ.

Tratam os processos mencionados de apresentação de denúncia de CRIME DE RESPONSABILIDADE em desfavor do Governador em Exercício do Distrito Federal, PAULO OCTÁVIO, com o conseqüente PEDIDO DE *IMPEACHMENT*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	18

Os processos acima foram despachados anteriormente pela Presidência à Procuradoria-Geral desta Casa, onde foram analisados quanto aos aspectos formais, sendo, pela mesma, dados como aptos Rejane de Guimarães Pitanga, Francisco Queiroz Caputo Neto e Roberto Policarpo Fagundes e não acatado aquele de iniciativa conjunta de MARCOS DE ALENCAR DANTAS E MOISES JOSÉ MARQUES tendo em vista que deixaram de comprovar a condição de eleitores.

É o relatório.

II – PARECER E VOTO

1. Do exame da admissibilidade do processo de *impeachment*

Nos procedimentos normais da CCJ, quando da apreciação de proposições (projetos de lei e outros) é atribuição desta Comissão, conforme inciso I do art. 63 do RI/CLDF:

I – examinar a **admissibilidade** das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação;

Neste primeiro momento verificaremos apenas as denúncias sob o ponto de vista formal e os aspectos constitucionais e jurídicos.

1.1– Do exame dos aspectos constitucionais, legais e formais

Todas as denúncias apresentadas ora em exame nesta Comissão têm como amparo, dentre outras, o disposto no art. 85, V da Constituição (anteriormente citado) e, ainda, o previsto no art. 74, 75, 76 combinados com os art. 4º e 9º, n.º 7, todos da Lei n.º 1.079/50.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	19

Conforme acima demonstrado, a fundamentação dos pedidos de *impeachment* nos aspectos constitucionais, legais e formais estão em acordo com as regras da Constituição e da Lei n.º 1079/50, devendo nesse aspecto específico serem aceitas por esta Comissão.

2. - Das conclusões:

Diante de todo o exposto e da possibilidade do *impeachment* do Governador em Exercício do Distrito Federal, esta Relatoria submete ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça a seguinte decisão:

DECISÃO E VOTO

Diante do acima exposto, o critério de admissibilidade desta Comissão perante processo de apuração de crime de responsabilidade e de *impeachment* deve considerar as questões constitucionais, legais e formais, é que votamos pela **ADMISSIBILIDADE** dos processos de *impeachment* contra o Governador em Exercício do Distrito Federal, PAULO OCTÁVIO de iniciativa de REJANE GUIMARÃES PITANGA E FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO e ROBERTO POLICARPO FAGUNDES todos de 2010, opinando, portanto, pela procedência das acusações e pelo encaminhamento dos referidos processos à COMISSÃO ESPECIAL, para o exame do mérito e a abertura da oportunidade de defesa do acusado.

Sala das Comissões, em de de 2010.

Deputado
Presidente

Dep. BATISTA DAS COOPERATIVAS
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer da CCJ; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	21



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

PARECER DA CCJ A REPRESENTAÇÃO EM DESFAVOR DO GOVERNADOR EM EXERCÍCIO PAULO OTÁVIO

OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Batista das Cooperativas

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	-			X	
	AYLTON GOMES	PR	-			X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	-			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	-			X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	-			X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	-			X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	-			X	
	JAQUELINE RORIZ	PMN	X				
	LEONARDO PRUDENTE	--	-			X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	--	-			X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	-			X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	TOTAL		14			10	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

O parecer da CCJ foi aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria dizer a todos os Parlamentares e à imprensa aqui presente, assim como à Assessoria e aos servidores desta Casa, que houve uma ampla discussão na sala do café com todos os Parlamentares presentes e a decisão de votarmos a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* do Governador em exercício, Paulo Octávio, foi unânime.

Portanto, nenhum Parlamentar discordou da admissibilidade, na CCJ, do processo de *impeachment*. Todos os Parlamentares presentes, todos os que estão no plenário e todos os que foram chamados na chamada nominal decidiram pela admissibilidade na CCJ.

Falo isso para que não paire nenhuma dúvida, em nenhum meio de comunicação, em nenhum *blog* ou *site* de jornal e os Parlamentares, depois, não sejam questionados.

Quero concluir minha fala solicitando a V.Exa. também, já que foram acatados na Comissão de Constituição e Justiça tanto o pedido de *impeachment* do Governador Arruda quanto o do Governador em exercício, Paulo Octávio, que V.Exa. convoque para a próxima segunda-feira de manhã, às 10 horas, a reunião da Comissão Especial para eleição do presidente, vice-presidente e relator.

Eu também gostaria de solicitar ao Deputado Batista das Cooperativas que convoque uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para que seja dada a continuidade aos procedimentos de investigação e para que não paire dúvida, Sr. Presidente, de que esta Casa, sob a presidência de V.Exa. e com a anuência de todos os Parlamentares que estiveram na reunião — Deputado Paulo Roriz também esteve — tem toda a disposição de investigar e atuar com isenção e transparência, conforme previsto na Lei Orgânica e no Regimento Interno.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, houve, em relação ao tema, duas discussões: uma ainda de manhã, quando se discutia a admissibilidade das ações contra o Governador e contra o então Vice-Governador. Naquela ocasião, pleiteei ao Presidente da CCJ, Deputado Cristiano Araújo, como havia uma mudança fática, ou seja, o Vice-Governador era Governador



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	23

interino, que se fizesse a análise do *impeachment* do Governador em exercício ainda naquela reunião de manhã. Naquele momento, os colegas Parlamentares não foram favoráveis. Esse foi o primeiro debate. O Deputado Cristiano Araújo, como Presidente, ficou, inclusive, de levar o pleito para a reunião dos Parlamentares, e o fez.

A segunda discussão foi dirigida por V.Exa. com todos os Parlamentares presentes e, aí sim, houve unanimidade em debater, relatar e admitir as ações de crime de responsabilidade contra o Governador em exercício. Houve uma unanimidade dos presentes. Todos os que estavam presentes, inclusive aqueles que de manhã tinham posição contrária, como era o caso do Presidente Cristiano Araújo, do Deputado Paulo Roriz, do Deputado Batista das Cooperativas e do Deputado Bispo Renato, manifestaram-se favoravelmente nessa reunião de Parlamentares.

Quero apenas deixar bem claro que essa é uma posição da Casa e requerer a V.Exa., insistindo no requerimento, que marquemos a reunião da Comissão Especial também com relação aos processos de *impeachment* contra o Governador afastado e o Governador em exercício na segunda, às 10 horas da manhã, porque temos 48 horas e em tempo corrido. Não podemos demorar.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço um apelo aos participantes da Comissão Especial, acatando a solicitação do Deputado Cabo Patrício, para que estejam aqui às 10 horas na segunda-feira para as providências cabíveis para a eleição de presidente, vice-presidente e relator da Comissão Especial.

Solicito ao Deputado Batista das Cooperativas que deixe marcada também a data da reunião da CPI.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer o que o Deputado Chico Leite falou. Na parte da manhã eu era contra a análise do processo de admissibilidade naquela reunião, que, no caso, não teria sido convocada para discutir aquilo. O que falei foi que eu levaria para a Presidência, e se nós deliberássemos que seria conveniente fazer hoje, nós o faríamos, e foi o que foi feito. Para não pairar dúvida, Deputado Chico Leite, eu não estava de acordo como que se fizesse naquele momento porque a reunião não teria sido convocada para discutirmos aquele assunto referente ao Vice-Governador Paulo Octávio.

DEPUTADO CHICO LEITE – V.Exa. deixou claro naquele momento, por isso eu pleiteei e V.Exa. respondeu que levaria à reunião de todos os Parlamentares.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão a V.Exa. – é claro que foi um dia muito cansativo e de muito debate – para que solicite junto à Procuradoria desta Casa que elabore um relatório técnico das providências que este Poder tomou no dia de hoje com relação à CPI, à Comissão Especial, aos pedidos de *impeachment*, à questão relacionada aos Parlamentares e encaminhe para conhecimento do Ministério Público Federal, do Ministério Público local, dos Ministros do STJ, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e, é claro, da própria imprensa e da sociedade, para que as pessoas tenham conhecimento das medidas que este Poder tomou e que, é claro, terá continuidade na próxima semana. Acho que é importante isso para que tenhamos uma comunicação eficaz com a sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço a V.Exa., Deputado Paulo Tadeu, e ao Deputado Batista das Cooperativas, que disponibilize isso com a Assessoria de V.Exa., o Willimam, bem como a Fabiana, para que os dois deem subsídio ao Procurador da Casa para que se faça isso na parte da manhã de amanhã. Vou pedir para que o Procurador esteja aqui às 9 horas, 10 horas, e já colha todas as informações para o relatório, para encaminhá-lo na segunda-feira. Acato a sugestão de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há aqueles nesta Casa que duvidam de que eu seja capaz de fazer um elogio a esta Casa Legislativa. Se esta Casa mereceu algum elogio durante esse tempo todo foi no dia de hoje. Hoje a Casa cumpriu com extremo vigor o desejo da população do Distrito Federal, do contribuinte do Distrito Federal, que, aliás, é quem sustenta a existência desta Casa. Ao admitir o processo de *impeachment*, tanto do Governador quanto do Vice, esta Casa vai mais perto do que deseja a população do Distrito Federal.

Sempre que é necessário criticar, eu critico com toda ênfase necessária e que a minha responsabilidade exige; mas, quando tenho que fazer um reconhecimento, tenho obrigação de fazer do mesmo jeito. E estou fazendo aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. tem a data da reunião da CPI?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são instrumentos de investigação que se complementam; são instrumentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	25

diferentes, mas se complementam. Até porque os processos de *impeachment* são dirigidos, tanto ao Governador quanto ao Vice-Governador, nesse momento. A questão da CPI é que ela investiga o fato e as suas ramificações; portanto, creio que o caminhar do processo de *impeachment*, ou até a possível renúncia – o Vice-Governador já renunciou, e renunciou a renúncia, e já o fez duas vezes no dia de hoje, e não renunciou nenhuma vez –, nem mesmo assim eu acho que frustra ou torna sem validade ou nula as investigações feitas por intermédio da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, independente dos processos de *impeachment*, que são dirigidos às pessoas, e da CPI, que é direcionada a apurar os fatos, é importante que tenhamos uma CPI em curso. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: marcada a reunião às 10h para a Comissão Especial. Parece-me que é absurdamente fundamental, porque esta Casa precisa adquirir outro dinamismo, ou seja, ela não pode funcionar aos borbotões ou apenas quando se sente ameaçada por uma intervenção federal ou a prisão do Governador. Então, esta Casa precisa tomar o seu curso natural e não ter esse tipo de pressão para que venha a funcionar e honrar a história desta própria Câmara Legislativa – de que participei, bem como do movimento pela autonomia do Distrito Federal.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que a Comissão Especial tem dez dias para proceder ao seu parecer. Bom, parece que, como nós optamos por um sistema híbrido para que pudéssemos contemplar o que prevê a Lei Orgânica, que diz que as admissibilidades têm que ser efetivadas pela CCJ, mas que a Comissão Especial fará, em primeiro momento, a admissibilidade prévia e, num segundo momento, aí sim, analisará o mérito, portanto fará dois relatórios, e ambos serão submetidos ao plenário, não há necessidade de que nós possamos utilizar o prazo de dez dias.

Então, eu gostaria que os membros da Comissão pudessem refletir sobre isso: a sociedade, a ética, a moralidade exigem e têm pressa. Têm pressa! Porque quem tem fome de justiça, quem tem fome de ética e quem tem fome de moralidade, parafraseando o saudoso Betinho, tem pressa.

Nesse sentido, sugiro aos membros da Comissão Especial que não utilizem o prazo de dez dias, porque é um prazo máximo! E, portanto, como já houve a introdução, a pré-admissibilidade, para que pudéssemos contemplar a Lei Orgânica e não sofrêssemos qualquer tipo de questionamento jurídico *a posteriori*, nós já fizemos essa discussão na CCJ.

Então, cabe à Comissão Especial a função não apenas de se reunir na segunda-feira, a meu ver, mas também de não utilizar os dez dias de prazo, como não foram utilizados, no dia de hoje, os prazos regimentais propostos, sempre máximos, como diz o Regimento desta Casa.

Portanto, mais uma vez, sugiro ao Deputado Paulo Roriz, que faz parte da Comissão Especial, e a outros, que pudessem, o mais brevemente possível,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 02 2010	17h45min	7ª Sessão Ordinária	26

apresentar, quiçá na próxima semana, o seu relatório para que seja submetido ao Plenário. Encerro lembrando o Betinho, e me calo para dar voz ao Betinho: “Quem tem fome de justiça, de moralidade, de ética, tem pressa”.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por falar em pressa, solicito a V.Exa. que convoque reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para a próxima quarta-feira, dia 24 de fevereiro, às 10h, atendendo a solicitação de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço à assessoria dos Parlamentares que tomem nota da data da convocação da CPI da CODEPLAN: dia 24 de fevereiro, às 10h, no plenário desta Casa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é fundamental resgatar os trabalhos desta Casa no dia de hoje. Eu queria parabenizar V.Exa., a Mesa Diretora e todos os Parlamentares pelas decisões corajosas tomadas aqui por este Poder Legislativo.

Hoje, nós votamos, na Comissão de Constituição e Justiça, o processo de admissibilidade de *impeachment* do Governador José Roberto Arruda; nós votamos e criamos a Comissão Especial nesta Casa; nós, por meio da Mesa Diretora e coordenada por V.Exa., indicamos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que faltavam; e, agora, a Comissão de Constituição e Justiça, referendada por todos os membros do Plenário, votou pela admissibilidade do pedido de *impeachment* do Governador em exercício, Paulo Octávio.

Então, esta Casa, de forma célere, direta e objetiva, na tarde de hoje, exerceu o seu papel.

Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Agradeço a presença de todos, a todos que colaboraram para a realização desta sessão e a presença da imprensa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h22min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 41-Suplemento, de 08/03/2010.